

Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – 2023

São Tomé e Príncipe

Em 2023, São Tomé e Príncipe fez um avanço mínimo nos seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo aprovou uma nova política nacional de protecção social, que inclui estratégias para fazer face à pobreza extrema e prevenir o trabalho infantil. Para além disso, o governo continuou a financiar três centros administrados por organizações não governamentais que auxiliam famílias vulneráveis, órfãos e crianças que vivem e trabalham nas ruas. Contudo, as protecções de idade mínima não são coerentes com as normas internacionais, pois o Código Laboral não se aplica a crianças que trabalham fora do âmbito das relações laborais informais, como as crianças que trabalham por conta própria. Ademais, a limitação dos recursos financeiros prejudicou os esforços dos organismos de segurança pública, e as políticas não abordam todas as piores formas de trabalho infantil no país.

As acções governamentais sugeridas abaixo preencheriam algumas das lacunas identificadas pelo USDOL na implementação de São Tomé e Príncipe dos seus compromissos internacionais de eliminar as piores formas de trabalho infantil.

Área	Acção sugerida
Estrutura jurídica	Aderir ao protocolo facultativo da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil e ao protocolo facultativo da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança referente ao Conflito Armado.
	Criminalizar o uso de todas as crianças menores de 18 anos para a prostituição.
	Garantir que a lei proíba penalmente quaisquer práticas semelhantes à escravidão ou que proíba penalmente a servidão por dívidas e o trabalho forçado obrigatório.
	Adoptar legislação que defina as actividades e condições em que o trabalho ligeiro é permissível.
	Determinar que as crianças menores de 14 anos e que estejam a trabalhar ao abrigo do Artigo 269 sejam autorizadas a trabalhar apenas em escolas de ensino geral, vocacional ou técnico ou em outras instituições de formação.
	Estipular a proibição penal do recrutamento de crianças com menos de 18 anos de idade por grupos armados não estatais.
	Estabelecer uma lei de idade mínima para o recrutamento militar voluntário, coerente com as normas internacionais.

Área	Acção sugerida
	Aplicar a idade mínima das leis de trabalho a todas as crianças em relacionamentos formais e informais de emprego, incluindo crianças que realizam trabalhos autónomos.
Fiscalização	<p>Fortalecer a Inspeção-Geral do Trabalho iniciando inspecções direccionadas, baseadas em análises de dados, para identificar sectores susceptíveis a riscos e padrões de incidentes graves, assim como garantir que inspecções sejam realizadas no sector informal onde exista conhecimento da ocorrência do trabalho infantil.</p> <p>Disponibilizar aos inspectores do trabalho recursos adequados para realizar inspecções, incluindo escritórios, combustível e transportes, e que a sua disponibilização seja oportuna e eficiente, e assegurar o recebimento de formação técnica adequada para reforçar a capacidade que possuem de desempenhar as suas funções.</p> <p>Divulgar as informações relacionadas com as iniciativas de aplicação da lei levadas a cabo, designadamente dados pertinentes às sanções impostas por violações relacionadas com as piores formas de trabalho infantil.</p> <p>Disponibilizar aos investigadores criminais os recursos necessários, incluindo transportes, combustível e outras necessidades para efectuarem investigações e garantir que recebam formação para melhorar a resposta às violações das piores formas de trabalho infantil.</p> <p>Divulgar o mecanismo de queixa suficientemente ao público.</p>
Coordenação	Garantir que o Comité Contra o Trabalho Infantil esteja activo e apto para levar a cabo o seu mandato designado.
Políticas governamentais	Adoptar políticas para fazer face às piores formas de trabalho infantil, designadamente a exploração sexual comercial de crianças.
Programas sociais	<p>Recolher e publicar dados sobre a extensão e natureza do trabalho infantil para informar a formulação de políticas e programas.</p> <p>Aumentar o acesso à educação para crianças com deficiências, designadamente criando programas que apoiem crianças com dificuldades de mobilidade e audição.</p> <p>Implementar programas para fazer face às piores formas de trabalho infantil, designadamente a exploração sexual comercial.</p> <p>Implementar programas voltados especificamente ao trabalho infantil na agricultura.</p> <p>Ampliar os actuais programas que visam lidar com a abrangência do problema do trabalho infantil, sobretudo em centros de apoio no limite da sua capacidade e sem recursos para oferecer um apoio pleno às crianças exploradas.</p>